Brasil exportou menos 30,1% (tabelas 1, 2 e 3).

É lamentável que o café solúvel brasileiro continue sendo taxado em 9% nos países da União Européia, enquanto o procedente da Colômbia, Equador, América Central e África nada paga. Considerando que não houve sucesso na solução do problema em tentativas persuasórias promovidas pelo Itamarati junto aos países da União Européia, a questão deverá ser submetida, mediante painel, à deliberação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Somos igualmente punidos pela tributação interna. O café verde destinado à exportação está isento de ICMS. Mas se for vendido para as indústrias de solúvel de outros estados contribui com a alíquota interestadual de 12% de ICMS, valor que demora a ser recuperado e sofre deságio financeiro.

Neste ano nosso desempenho de exportação teria sido ainda pior se o governo federal não tivesse implantado o programa de leilão de café dos estoques governamentais às indústrias de café solúvel.

Não serão fáceis os dias vindouros para a indústria do café solúvel, que enfrentará concorrência cada vez mais forte. Se, no entanto, nossa indústria tiver igualdade de preços de matéria-prima, estará apta a competir e conquistar maiores espaços nos mercados internacionais.

Tecnologicamente, a indústria brasileira de café solúvel está preparada para a competição. Foram realizados pesados investimentos, modernizando processos industriais, racionalizando métodos administrativos, enfim, uma atualização permanente, com ganhos de produtividade, redução de custos e melhoria de qualidade do produto. Em tecnologia nosso setor é tão eficiente quanto qualquer indústria estrangeira do ramo.

Enquanto a crise econômica mundial se desenvolve, três das 11 fábricas de café solúvel existentes no Brasil paralisaram suas atividades. Outras concederam férias coletivas e adotaram o regime legal de banco de horas.

Apesar de tudo, o setor dará a volta por cima e continuará sendo o grande cliente do café verde aqui produzido e um expressivo gerador de divisas para o Brasil.

Sérgio Coimbra é presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel.

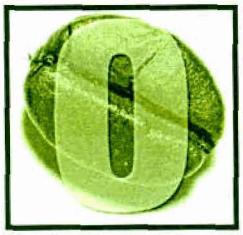


PERSPECTIVAS

Pausa para reavaliação

Cabe uma meditação profunda sobre como aprimorar o CDPC e dotá-lo de melhor operacionalidade

MANOEL VICENTE F. BERTONE



O Conselho Deliberativo da Política do Café teve atuação bastante intensa em seu período inicial de existência. As decisões ali tomadas foram muito importantes para o andamento dos negócios em termos gerais, e com isso a nação ganhou.

Novos empregos foram gerados no campo, pois a produção cresceu, importantes direcionamentos de política foram determinados e a receita cambial foi preservada, estabelecendo-se um ordenamento adequado do fluxo da safra.

Atuamos internacionalmente de modo mais coordenado e passamos a pensar políticas de médio e longo prazos, como aconteceu na retomada dos investimentos na pesquisa agronômica e no desenvolvimento de mercados.

As políticas de financiamento aos diversos setores foi satisfatória, e a produção teve seus débitos prorrogados, postergando-se portanto a solução dos problemas de capitalização do setor produtivo.

Tudo parece ter andado bem, mas é inegável que temos que aprimorar nosso sistema de decisões. Pensar sobre suas limitações, examinar os problemas ocorridos com isenção, verificar a efetividade de seu poder de decisão em função dos novos tempos da economia nacional e diante das perspectivas do mercado são exigências indiscutíveis.

Em muitas de suas decisões, o CDPC não passou de um salutar fórum de formulação de intenções de política cafeeira. Os investimentos em *marketing* foram dimensionados, mas sua execução foi precária; os investimentos em pesquisa foram anunciados, mas a liberação das verbas não acompanhou o cronograma esperado.

As decisões sobre financiamentos,

assim como todas a demais, acabaram sempre dependendo de outros centros de decisão, e alguns ministérios tiveram grande dificuldade para dialogar.

Muitas vezes os conselheiros privados questionaram com profundidade a ação do agente financeiro do Funcafé, sem que se chegasse à solução dos problemas apontados.

A convivência desse moderno instrumento de decisão governamental – no qual governo e iniciativa privada fazem a gestão em conjunto de vultosos recursos gerados por um importante setor de nossa economia – com a máquina pública foi em muitos momentos bastante complicada, embora todos tenham feito o melhor dos esforços para se adaptar ao modelo implantado. Isso tudo é bastante compreensível, e não cabem críticas a qualquer conselheiro em particular.

Força e agilidade

Cabe uma meditação profunda sobre como aprimorar o sistema e dotá-lo de melhor operacionalidade. Nesse aspecto, talvez o mais importante seja pensar em tornar o CDPC deliberativo de fato e possibilitar a execução ágil das decisões ali tomadas. A agilidade será fundamental dentro de muito pouco tempo.

Quem pensar no médio prazo não discutirá a necessidade de grande firmeza para a gestão do fluxo da safra do ano 2000, a qual exige que desde já se invista com seriedade no crescimento dos mercados interno e externo.

Da mesma forma há que robustecer os instrumentos de gestão. O Funcafé, por exemplo, está debilitado e questionam-se suas aplicações. Os setores privados devem analisar as formas de tornar esse fundo mais forte e consistente. Sua institucionalização não deve correr riscos, e seu volume de recursos deve ser dimensionado visando às reais necessidades de estabilização econômica do setor, em benefício da manutenção do nível de emprego. A capitalização desse fundo, portanto, tem que ser profundamente estudada.

O momento atual, de ajustes econômicos e fiscais necessários em função dos reflexos da crise internacional em nosso país, exige grande atenção sobre as decisões a serem tomadas.

Inicia-se um novo ciclo, com grandes modificações econômicas e políticas. Muitas vezes, visando objetivos de curtíssimo prazo, os formuladores de política econômica não observam questões específicas e tendem a decidir em favor da centralização do poder de decisão, enfraquecendo políticas setoriais. É muito importante manter competente acompanhamento das decisões iminentes e aprimorar o sistema hoje utilizado.

A manutenção de representantes no Congresso Nacional dos Deputados que conhecem profundamente o setor e reconhecem sua grande importância econômica e social foi o primeiro passo nas possibilidades de aprimoramento do sistema. Agora é envolver todos os interessados em fazer da cafeicultura nacional fator determinante de melhor qualidade de vida, dada sua importância na geração de renda bem distribuída e na obtenção de divisas, numa profunda reavaliação de seu sistema de gestão. Ganhará toda a nação brasileira.

Manoel Vicente F. Bertone é vice-presidente do Conselho Nacional do Café, presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça – Garcafé, e membro titular do Conselho Deliberativo da Política do Café.



PERSPECTIVAS

Parar de perder

Os preços do mercado mundial caminham segundo a produção brasileira. Mas é preciso acertar o passo

Rui Queiroz



O agronegócio café é um dos poucos segmentos econômicos que institucionalizaram formalmente sua relação com o governo, através do Conselho Deliberativo de Política do Café – CDPC.

Seria o CDPC só mais uma conquista política? Na verdade é fruto de um amadurecimento, uma nova etapa na longa jornada em que aprendeu a conviver com segmentos que aparentemente têm interesses conflitantes.

Nessa gestão compartilhada, o governo aquiesceu quando as posições da iniciativa privada eram unânimes? As decisões do CDPC estão sendo implementadas com agilidade? O processo decisório satisfaz? As questões de fundo do agronegócio estão